Despacho do Secretário, de 5-4-2017

Despacho: 2509/2017

Interessado: Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde

Processo: 001.0500.000.010/2017

Assunto: Contrato de Gestão para o gerenciamento do Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste - Ceac Leste

Ciente de todo o protocolado, acolho o parecer técnico emitido pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde referente à proposta para gerenciamento do Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste - Ceac Leste nos termos da Convocação Pública realizada através da Resolução SS - 03, de 21-02-2017.

Considerando terem sido atendidos os requisitos legais que regem a matéria, manifesto minha decisão de que a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento de Medicina é a OSS escolhida para celebrar Contrato de Gestão com esta Secretaria de Estado da Saúde, tendo por objeto o gerenciamento e a operacionalização da gestão e a execução das atividades e serviços no Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste - Ceac Leste.

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial -Irmandade da Santa Casa de Andradina - Ambulatório Médico de Especialidades Dr. Oscar Gurjão Cotrin - AME Araçatuba

AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE ARAÇATUBA - DR. OSCAR GURJÃO COTRIN

(Administrado pela Irmandade da Santa Casa de Andradina) CNPJ (MF) 43.535.210/0003-59

Demonstrações Contábeis

Balanço patrimonial para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				**Circulante**			
Disponibilidades	4.1	316.750	64.055	Fornecedores	5.1	253.320	201.053
Adiantamentos	4.2	38.984	42.783	Serviços médicos	5.2	721.813	624.117
Estoques	4.3	169.815	125.793	Obrigações com funcionários	5.3	305.397	280.470
Despesas Antecipadas		4.496	4.489	Obrigações sociais	5.4	164.008	141.626
		530.045	**237.121**	Obrigações fiscais	5.4	92.304	76.128
				Obrigações bancárias	5.5	599	3.000
				Outras Obrigações		9.596	8.680
				Provisões de férias e encargos	5.6	509.870	463.006
				Subvenção a Realizar - Custeio	5.7	(1.498.484)	(1.530.738)
				Subvenção a Realizar - Investim.	5.7	-	-
						558.423	**267.341**
Não Circulante				**Não Circulante**			
Imobilizado	4.4	7.851.413	7.893.725				
(-) Deprec. Acumulada	4.4	(3.704.539)	(3.223.424)				
Intangível	4.4	135.031	135.031				
(-) Amortiz. Acum. intangível	4.4	(84.900)	(71.398)	Receitas Diferidas	5.8	4.168.626	4.703.713
		4.197.005	**4.733.934**			**4.168.626**	**4.703.713**
Total do Ativo		**4.727.050**	**4.971.055**	**Total do Passivo**		**4.727.050**	**4.971.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados para os períodos findos em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro de 2015
(valores expressos em reais)

	Nota	2016	2015
Receitas Bruta de Serviços			
Receitas Pacientes Convênio		18.912.300	17.373.433
Receitas Líquidas		**18.912.300**	**17.373.433**
(-) Custos Serviços Prestados			
Custos dos Medicam. e Materiais		(1.346.318)	(1.104.427)
Custos com Pessoal		(5.771.643)	(5.353.913)
Custos com Serviços Terceiros		(11.249.567)	(10.684.727)
		(18.367.528)	**(17.143.067)**
Resultado Bruto		**544.772**	**230.366**
(Despesas) Receitas Operacionais			
Financeiras Líquidas		68.335	41.306
Outras Despesas		(568.207)	(576.837)
Outras Receitas		553.989	615.821
Despesas com Depreciações		(566.635)	(610.049)
		(512.518)	**(529.758)**
Resultado		**32.254**	**(299.392)**
Resultado Líquido do Exercício		**32.254**	**(299.392)**
Transfer. p/ Passivo - Subv. a Realizar	6.1	(32.254)	299.392
Resultado do Exercício		**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(valores expressos em reais)

Método Indireto	2016	2015
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Depreciação	566.635	610.049
Provisões de férias e encargos	46.864	67.016
Receitas Diferidas	(535.087)	(315.734)
Ajustes de Exercicios Anteriores	(18.902)	-
(=) Resultado Ajustado	**59.510**	**361.332**
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Adiantamentos	3.799	(10.987)
Estoques	(44.022)	82.565
Despesas a Apropriar	(6)	3.394
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	**(40.229)**	**74.972**
(C) Acrésc. e Decrésc. Passivo Circul. e Não Circul.		
Fornecedores	52.267	(39.920)
Serviços médicos a pagar	97.696	43.434
Obrigações com funcionários	24.927	18.149
Obrigações sociais	22.382	49.944
Obrigações fiscais	16.176	3.511
Obrigações bancárias	(2.401)	(9.212)
Obrigações Diversas	916	(16.554)
Subvenção a Realizar - Custeio	32.254	(299.392)
Subvenção a Realizar - Investimento	-	(300.087)
(=) Acrésc/Decr. Passivo Circul. e Não Circul.	**244.218**	**(550.126)**
TOTAL ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	**263.499**	**(113.823)**
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(58.706)	(308.562)
Baixa de Imobilizado	47.902	13.528
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(10.804)**	**(295.034)**
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Imobilizado no início do exercício	-	-
TOTAL ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	**-**	**-**
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	**252.695**	**(408.857)**
SALDO DISPONIBILIDADES INÍCIO EXERCÍCIO	**64.055**	**472.912**
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	**252.695**	**(408.857)**
SALDO DISPONIBILIDADES FINAL EXERCÍCIO	**316.750**	**64.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015
(valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit Exercício	Patrimônio Liquido
Saldo 31 de Dezembro de 2014	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Déficit do exercício de 2015	0,00	0,00	0,00
Saldo 31 de Dezembro de 2015	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Superávit do exercício de 2016	0,00	0,00	0,00
Incorporação Déficit/ajustes 2015	0,00	0,00	0,00
Saldo 31 de Dezembro de 2016	**0,00**	**0,00**	**0,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Produção Assistencial 2016 - AME Araçatuba

1° semestre de 2016

Linha de Contratação	Contratado	Realizado
Consultas Médicas	55.152	49.103
Consultas Não Médicas	16.116	14.423
SADT Externo	9.900	8.629
Cirurgias Ambulatoriais	4.620	4.648

Produção Assistencial 2016 - AME Araçatuba

2° semestre de 2016

Linha de Contratação	Contratado	Realizado
Consultas Médicas	55.152	50.145
Consultas Não Médicas	16.116	15.367
SADT Externo	9.900	9.105
Cirurgias Ambulatoriais	4.920	5.065

OSS – Irmandade da Santa Casa de Andradina – AME ARAÇATUBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1 - Contexto operacional: A Irmandade da Santa Casa de Andradina (SP) é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem fins lucrativos, isenta de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais. A Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar. Em 2009, alterou seu Estatuto Social, transformando-se em uma Organização Social de Saúde. Em 27 de dezembro de 2013, a Entidade firmou Contrato de Gestão juntamente com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria do Estado de Saúde com a finalidade de administrar o Ambulatório Médico de Especialidades – AME Araçatuba, para qual foi constituída uma filial. **2 - Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos. **3 - Descrições das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes: **4 - Ativos circulantes e não circulantes:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, atualizações e provisão necessária para a redução ao seu valor de mercado. **4.1 - Disponibilidades:** Composto do caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

DISPONIBILIDADES	2.016	2.015
Caixa	200	177
Aplicações	316.550	60.533
Numerarios em trânsito	-	3.345
	316.750	**64.055**

4.2 – Adiantamentos: Refere-se a adiantamentos de salários e férias de funcionários. **4.3 - Estoques:** Corresponde aos materiais alocados no almoxarifado, avaliados ao custo médio de aquisição e que não excede o valor de mercado.

Descrição	2.016	2.015
ESTOQUE PROD. E MAT. ADMINISTRATIVOS	15.783	15.275
ESTOQUE UNIFORMES PROFISSIONAIS	11.860	12.117
ESTOQUE PROD. E MAT. COPA E COZINHA	365	731
ESTOQUE PROD. E MAT. USO AREA MEDICA	42.318	38.114
ESTOQUE DROGAS E MEDICAM. DIVERSOS	19.560	12.417
ESTOQUE DROGAS E MEDICAM. CONTROLADOS	3.311	1.554
ESTOQUE PROD. E MAT. USO HOSP. (FARM.)	58.011	35.071
ESTOQUE BENS AT. IMOB. E DE PEQ. VR.	718	814
ESTOQUE PROD. E MAT. P/ INFORMATICA (ALM.)	1.261	1.089
ESTOQUE PROD. E MAT. SEG. TRAB. (ALMOX.)	1.176	385
ESTOQUE PROD. E MAT. HIG. LIMPEZA (ALMOX.)	6.788	3.765
ESTOQUE PROD. E MAT. P/ MANUT. GERAL (ALM.)	3.932	2.283
ESTOQUE BENS ATIVO IMOB. INSTRUM. (ALMOX.)	315	451
ESTOQUE BENS ATIVO IMOB. EQ.PROC.ELETR.	1.123	317
ESTOQUE BENS ATIVO IMOB. MOV. UTENSILIOS	2.250	-
ESTOQUE MATERIAIS DE NUTRICAO (ALMOX.)	1.043	1.410
	169.815	**125.793**

4.4 – Imobilizado: Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição, deduzidos os respectivos encargos de depreciação.

Imobilizado Conta	Taxa Depr.	Vr. Original	Transf. Aquis.	Transf. Baixas	Vr. Original	Depr. Ac.	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Edificações Imóvel de terc	0%	3.303.772	0	0	3.303.772	(776.882)	**2.526.890**	2.659.027
Equip. telefonicos	10%	23.734	0	0	23.734	(11.133)	**12.601**	14.974
Equip. eletricos gerais	10%	544.696	5.144	(42.616)	507.224	(294.440)	**212.784**	278.610
Equip. eletromedicos	10%	2.713.051	36.560	(30.988)	2.718.623	(1.628.753)	**1.089.870**	1.328.020
Equip. de apoio	10%	37.934	540	(393)	38.082	(23.275)	**14.806**	18.211
Instrumental	10%	68.151	2.609	(15.633)	55.127	(32.214)	**22.913**	36.174
Equip.proces. Eletr. dados	20%	628.961	7.939	(10.135)	626.765	(597.408)	**29.357**	47.624
Moveis e utensílios	10%	573.426	6.031	(1.370)	578.087	(340.433)	**237.654**	287.659
Subtotal		**7.893.725**	**58.823**	**(101.134)**	**7.851.413**	**(3.704.539)**	**4.146.874**	**4.670.301**

Intangível Conta	Taxa Depr.	Vr. Original	Transf. Aquis.	Transf. Baixas	Vr. Original	Depr. Ac.	Saldo 31/12/16	Saldo 31/12/15
Sistemas Informática	20%	135.031	0	0	135.031	(84.900)	**50.131**	63.633
Total Geral		**8.028.756**	**58.823**	**(101.134)**	**7.986.444**	**(3.789.439)**	**4.197.005**	**4.733.934**

5 - Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos. **5.1 – Fornecedores:** Refere-se aos fornecedores de materiais e serviços cujos títulos ainda não se encontram vencidos. **5.2 – Serviços Médicos a Pagar:** Referente a valores a serem pagos a título de honorários aos médicos contratados pelo AME Araçatuba para atendimento dos pacientes. **5.3 – Obrigações com Funcionários:** Demonstrados nesse subgrupo, os valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte, direito de férias adquiridos pelos funcionários e seus respectivos encargos trabalhistas, e diversos valores descontados de folha de pagamento que serão repassados.

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados a pagar	299.895	277.397
Indenização Trabalhista	-	-
Salarios mirins a Pagar	1.760	2.364
Taxa administrativa mirins a pagar	528	709
TOTAL	**302.183**	**280.470**

5.4 – Obrigações Sociais e Fiscais: Refere-se a valores retidos de funcionários, fornecedores e prestadores de serviços a título de impostos e contribuições, que a Entidade deverá recolher no mês de janeiro de 2017.

Descrição	2.016	2.015
Inss a recolher	30.181	30.369
Fgts a recolher	46.670	42.302
Pis a folha pagamento a pagar	7.823	7.026
Contribuicao Sindical	273	66
Contribuicao Assistencial	-	1.835
Irrf sobre salarios	38.872	33.909
Irrf sobre servicos PJ	25.467	19.324
Pis/cofins e csll	79.061	60.027
Iss a recolher	27.965	22.894
TOTAL	**256.313**	**217.754**

5.5 – Obrigações Bancárias: Refere-se a cheques em trânsito que não foram compensados no período. **5.6 – Provisões e encargos:** Corresponde ao saldo da provisão das férias e seus respectivos encargos. **5.7 – Subvenções a realizar:** Ficam registradas nesse subgrupo, na rubrica denominada Subvenções a Realizar, a diferença entre os valores recebidos da Secretaria do Estado e as despesas já realizadas pela Entidade. **5.8 – Receitas Operacionais Diferidas:** Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem. Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado. **6 - Apuração do resultado: 6.1 - Resultado Líquido do Exercício:** Por se tratar de Convênio firmado entre a Organização Social da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, a administração da Entidade entende que a diferença entre receitas e despesas reconhecidas no exercício corrente, não deve ser apresentado como resultado de um exercício. Os valores apurados são transferidos para conta do passivo, **conforme explicitado na nota 5.7**, e representa uma obrigação da OSS junto ao Ente Público conveniado. **7 - Isenções Previdenciárias e Fiscais Usufruídas:** São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício.

ISENÇÕES - AME ARAÇATUBA	2.016	2.015
INSS Cota Patronal	1.558.476	1.383.835
CSLL	2.903	
Cofins	588.003	541.304
TOTAL	**2.149.381**	**1.925.140**

8 - Patrimônio Social: Conforme explicado na nota 6.1, a Entidade não forma patrimônio social uma vez que transfere os valores pendentes de utilização para conta do passivo, demonstrando como obrigação da OSS junto ao Órgão Público a qual mantém convênio. **9 - Legislação Fiscal:** Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Araçatuba-SP, 31 de dezembro de 2016.

Dr. Fábio Antônio Obici
Diretor-Presidente
CPF: 092.739.258-55

Doglas Eden Talhavin
Diretor-Financeiro
CPF: 031.613.078-87

Dagson Bruno Cassiano de Morais
Contador
CRC- SP-301985/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Provedor da OSS – IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA – AME ARAÇATUBA, Araçatuba - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **OSS – IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA – AME ARAÇATUBA**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2016** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OSS – IRMANDADE DA SANTA CASA DE ANDRADINA – AME ARAÇATUBA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/76 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e Médias Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a *ITG 2002 e* NBC TG 1000, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 21 de março de 2.017.

ALBERTO F. COSTA
Contador CRC - 1SP164292/O-0